



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

*Discurso em Encontro Empresarial Brasil-
Chile, por ocasião de café da manhã
oferecido pela Sociedade de Fomento
Fabril do Chile*

SANTIAGO, CHILE, 1º DE OUTUBRO DE 1997

Em primeiro lugar, quero reafirmar meus agradecimentos pelo modo como nós, brasileiros, temos sido tratados, aqui, pela Sociedade de Fomento Fabril e pelo povo do Chile em geral.

Gostaria de recordar que há pouco mais de três anos, ainda como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, vim a Santiago e procurei ter um encontro com empresários. Não eram muitos. Esforcei-me por dizer-lhes que, apesar da inflação – que naquela ocasião ainda não havia chegado ao auge, mas já era algo assustador – o Brasil estava em um momento de retomada do crescimento.

Acho que ninguém acreditou em mim. Fazíamos um esforço muito grande para que o Chile se interessasse pelo Brasil, para que os empresários chilenos se dessem conta de que talvez fosse possível fazer alguma coisa em conjunto com o Brasil.

Mas, como convencê-los disso, com uma inflação de 200% ao ano? E ainda estávamos muito longe dos 5.000% a que chegaria a inflação pouco antes da implantação do Plano Real, em 1994.

Entretanto, a recuperação era verdadeira. Já se via que, a despeito da inflação, o setor privado brasileiro havia-se recuperado. As empre-

sas – com um esforço indescritível – haviam conseguido superar enormes dificuldades e estavam prontas, novamente, para receber investimentos. Refiro-me a empresas nacionais e multinacionais. Entre 1992 e 1993, os lucros começaram a reaparecer, mas ninguém acreditava ainda – nem mesmo nós, brasileiros – que havia, de novo, crescimento na economia.

Hoje, quando se examinam os dados, nota-se que de 1993 até hoje a economia brasileira voltou a crescer aproximadamente 4%. Não é uma maravilha, mas cresceu. E o crescimento começou quando ainda estávamos sob o império da inflação. Claro, para alguns isso servia de pretexto para dizer que a inflação não era ruim. Para aqueles que não se preocupavam com as contas públicas, com a situação do povo, com o custo do imposto inflacionário. Mas era óbvio que o sistema inflacionário impunha limites claros ao crescimento, porque o mercado interno se reduzia necessariamente. O crescimento estava orientado para as exportações, tínhamos grande superávit na balança comercial, e isso deixava muita gente contente. No entanto, era óbvio que não se tratava de uma economia saudável.

Daquela época até hoje, estive no Chile várias vezes. Como Presidente, é a terceira vez que venho a este país. E sempre encontrei nos Senhores, na Sociedade de Fomento Fabril, a disposição para escutar-nos. Agora, encontro a disposição para trabalharmos mais em conjunto. Portanto, gostaria de agradecer-lhes pela confiança que sempre depositaram no Brasil, mesmo quando as dúvidas sobre a capacidade de recuperação da nossa economia ainda eram maiores do que as crenças.

A partir do Plano Real e do controle da inflação, o país começou a olhar-se no espelho. E viu que não tinha uma face tão bela como gostaríamos, porque a inflação, de alguma maneira, havia mascarado muitos problemas. Sem a inflação, os problemas saltaram aos olhos. Tivemos de enfrentar muitas dificuldades.

Talvez o ano mais difícil tenha sido o de 1995, que coincidiu com minha chegada ao Governo. Isso ocorreu por uma razão muito simples: ao fim de 1994, tivemos a crise do México e, em seguida, a nossa própria, em que precisamos evitar o que hoje se chama de “ataque especu-

lativo”. Em março de 1995, perdemos 10 bilhões de dólares em reservas e tivemos que aumentar a taxa de juros a patamares incríveis.

Mais tarde, houve o problema do ajuste do sistema financeiro – o que está ocorrendo agora em certos países do Sudeste Asiático. Assim, em 1995, além do ajuste para confrontar a questão cambial, tivemos o desafio do sistema financeiro, que estava organizado em função da inflação. De repente, tornou-se necessário encarar a realidade. Havia o risco de quebra de vários bancos. Tivemos que criar um mecanismo que até hoje a oposição – por pura maldade, é claro – imagina que foi ruim. No entanto, foi o que salvou o sistema financeiro. Com o PROER, retiramos parte dos recursos do sistema financeiro que estavam depositados no Banco Central e os destinamos a empréstimos – não para os bancos que estavam em quebra (como alguns pensam), mas para os novos donos que se dispunham a sustentar o sistema. A verdade é que hoje em dia o sistema financeiro privado brasileiro está saneado.

Em seguida, tivemos que reorganizar as finanças públicas. Sei que os Senhores conhecem o Brasil, mas convém recordar alguns dados da situação político-institucional brasileira. Temos 27 Estados – 26 mais o Distrito Federal – e mais de 5 mil municípios. Nem sei exatamente quantos são, porque no Brasil criam-se municípios como se fosse a primavera. Brotam municípios. Depois deveriam vir as flores, mas o que vêm são as dívidas, o que gera uma situação difícil. Os municípios, assim como os Estados, têm ampla autonomia administrativa.

No passado, os Estados e municípios serviam-se dos bancos oficiais estaduais para, na prática, fazer emissões. Os bancos eram obrigados a comprar os títulos dos Estados, os quais eram repassados ao Banco Central, que os recomprava para evitar uma cadeia de quebras. Quando eu ainda estava no Ministério da Fazenda, uma das minhas primeiras preocupações foi fechar essa possibilidade. Fechar a possibilidade de que os bancos pudessem fazer empréstimos ao setor público. Muita gente não entendeu porque o dinheiro do banco não podia ir para o setor público, só para o setor privado. Seria por uma mentalidade privatista? Não, era para evitar que o povo pagasse a conta depois. Conseguimos evitar isso.

Estamos agora na fase das intervenções e privatizações dos bancos públicos. Refiro-me em especial aos bancos do Estado de São Paulo – Estado que tem um produto bruto maior do que o da Argentina, só para terem uma idéia das dimensões. O governador de São Paulo, a Assembléia Legislativa de São Paulo, que são autônomos, poderiam resistir a isso. Mas, felizmente, o mercado de São Paulo e o governo de São Paulo compreenderam que era necessário mudar. Também em Minas Gerais e em outros Estados conseguimos, pouco a pouco, controlar o sistema dos bancos públicos.

Além dos bancos, que sem controle adequado podem converter-se em um elemento de desorganização financeira, outro componente importante da crise fiscal brasileira é a questão do pessoal, dos funcionários públicos e da Previdência Social. Não quero citar números que pareçam exagerados, mas somente para o pagamento dos funcionários públicos da União, o orçamento do ano que vem será de 45 bilhões de dólares. Isso sem falar nos funcionários dos estados e municípios.

No setor público brasileiro, até há pouco tempo, o funcionário que se aposentava não apenas mantinha seu salário integral, como, em alguns casos, recebia até 20% a mais, porque deixava de contribuir para a Previdência. Isso é inconcebível. Não há nenhuma razão lógica para que uma pessoa ganhe mais ao se aposentar do que quando está na ativa. Isso está sendo modificado aos poucos: o Senado aprovou recentemente uma nova lei previdenciária que cria um fundo e abre novas oportunidades para controles e limites. Espero que a Câmara dos Deputados vote, ainda este ano, esta reforma.

Outro problema importante é a administração do pessoal. No nível federal, não temos excesso de funcionários, mas não é possível controlar os gastos de Estados e municípios com o pagamento de funcionários. Do ponto de vista internacional, tudo é contabilizado como despesa do setor público, sendo que a instância federal não tem o controle de tudo.

As mudanças necessárias são complexas, pois estão sendo feitas em pleno regime democrático, demarcadas por uma Constituição que chega a detalhes para garantir aquilo que são considerados direitos, mas que muitas vezes não passam de privilégios corporativos de setores da

sociedade. É, portanto, uma luta política, e não meramente uma reforma econômica. É preciso motivar as pessoas para uma nova distribuição de responsabilidades e de poder, uma transformação política.

É certo que conseguimos avançar consideravelmente. A inflação deste ano não ultrapassará os 6%. E isso, comparado aos 5.000% de três anos atrás. Temos mais de 60 bilhões de dólares em reservas, um recorde histórico. Vivemos uma situação de total transparência quanto aos gastos públicos. Como já disse, o déficit público no Brasil é consolidado: compreende a soma dos gastos federais, estaduais e municipais. Os deputados e senadores têm acesso por computador – se souberem operá-los – a todas as informações sobre gastos, diariamente. Por exemplo, se este café da manhã fosse pago pela Embaixada do Brasil – espero que não seja – qualquer deputado no Brasil saberia e, além disso, denunciaria. (E eu, também.)

A vida político-administrativa brasileira é, hoje, totalmente transparente. Isso não é pouco. Estou consciente de que as mudanças são irreversíveis, porque a opinião pública assim o exige. Não quero entrar em detalhes, mas as decisões de ontem do Senado Federal, sobre a reforma da Previdência Social, só foram possíveis porque a opinião pública posicionou-se contra a manutenção de privilégios para certas categorias funcionais. Espero que os deputados – que enfrentarão eleições em breve – entendam que, para agradar o eleitor, não é preciso apoiar o aumento de gastos, porque isso seria um equívoco, um erro grave.

De minha parte, podem estar seguros, sou contra os gastos excessivos. Aliás, no Brasil, todos sabem que sou “mão-fechada”. Aqui no Chile, talvez só saibam disso aqueles que conviveram mais tempo comigo, mas eu não gasto. Na verdade, se essa atitude pode não ser boa no plano pessoal, no setor público é muito necessária. Portanto, não há motivos para encarar o ano de 1998, que é um ano eleitoral, como uma ocasião para reduzir o controle fiscal. Ao contrário, se há algo que hoje rende votos no Brasil é dizer “eu não vou gastar”. A austeridade é a grande novidade na política brasileira, porque o povo sabe que esta é a única atitude que corresponde a seus interesses. Os resultados vêm quando a

inflação baixa, quando melhora a situação concreta dos salários, quando aumenta o bem-estar dos mais necessitados.

Nesse sentido, os dados sobre o Brasil são muito significativos, apesar das imensas dificuldades de um país que ainda tem muitas desigualdades. O valor real dos salários dos trabalhadores aumentou em níveis que não imaginávamos. Aqui cabe um esclarecimento: o chamado setor informal não é o que parece. O setor informal inclui, hoje, trabalhadores qualificados e, inclusive, setores médios que ganham mais do que os trabalhadores do setor formal. Quem perde com a informalidade é o Estado, porque deixa de arrecadar impostos, o que agrava a crise fiscal. Do ponto de vista do bem-estar da população, a informalidade não é a tragédia que se imaginava no passado. É um ajuste perverso à necessidade de um mercado de trabalho mais dinâmico. E enquanto o Congresso não tiver condições de aprovar leis que transformem o mercado de trabalho, para garantir-lhe maior flexibilidade, o setor informal será a saída para que se possa seguir adiante sem que haja custos muito altos para o conjunto da sociedade.

Por outro lado, os dados demonstram que o nível de pobreza diminuiu e que o número de pessoas que ultrapassaram a linha de pobreza é considerável. Se até 1994, 33% da população estavam abaixo da linha de pobreza, a última informação de 1996 indicava que este percentual era de 25%. Isso significa que entre 8 a 13 milhões de pessoas – o número exato varia conforme a fonte dos dados – número equivalente à população do Chile, ultrapassou a linha de pobreza graças à política que estamos levando adiante com o Plano Real.

Creio que, além de manter as contas públicas equilibradas – o que é fundamental – e fazer uma política realista e austera em questões monetárias, talvez seja necessário aumentar as taxas de juros. Tomara que não, pois a tendência hoje é de baixá-las. Mas, quando houve a crise de abril de 1995, tivemos de aumentar essas taxas, porque em economia não se pode fazer generosidade com o patrimônio alheio. Quero dizer com isso que outra característica do meu Governo tem sido a transparência sobre a situação econômica do país. O déficit fiscal, que à primeira vista aparece como uma estatística negativa, nada mais é do que

o reconhecimento público de uma realidade que antes era negada. Creio, portanto, que o único caminho para superar as dificuldades é mostrá-las claramente ao país e explicar as razões que nos levam a adotar esta ou aquela política.

Há no Brasil a disposição muito clara de manter o crescimento econômico, o que implica alguns princípios fundamentais. Um deles foi assinalado pelo Presidente da Sociedade Fabril, que é a impossibilidade de conceber, hoje, um projeto de desenvolvimento econômico que seja autárquico, fechado. Temos que enfrentar a competição e avançar em direção a mercados mais amplos.

Compartilhamos também a idéia de que a OMC deve ser o órgão regulador do comércio mundial. Como todos aqui sabem, estamos, desde o início, envolvidos com a formação do Mercosul. Os avanços do Mercosul são inegáveis. O fato de que Chile e Bolívia se associaram ao bloco é muito positivo, não apenas no sentido econômico, mas também no sentido político. No próximo ano, teremos uma reunião da ALCA aqui no Chile. Temos o entendimento de Belo Horizonte sobre a forma como vamos levar adiante a negociação da ALCA. Compartilhamos, igualmente, a idéia de que a ALCA não é a substituição do Mercosul, mas algo a se construir com o Mercosul.

Definiremos nossos interesses comuns. O Brasil sabe, do mesmo modo que os chilenos o sabem, quanto nos custa o protecionismo norte-americano. Os Senhores têm sua lista de produtos prejudicados, como o salmão, a madeira etc. Nós temos o aço, o suco de laranja e outros. Portanto, não podemos confundir uma boa disposição genérica para a negociação, com as exigências práticas, que, em última análise, são o que interessa.

Queremos que a ALCA produza uma integração real, sem exclusões. Sem exclusão de países nem de segmentos da sociedade. Em consequência, uma integração verdadeira requer mais educação, mais políticas sociais, mais igualdade.

Integração não significa apenas tarifas de importação semelhantes, o que é muito bom. Significa também um modo de vida comum, com democracia, com liberdade e também com bem-estar. A integração

deve ser vista a partir do ângulo do bem-estar de nossos povos. Bem-estar implica a manutenção de um desenvolvimento que seja efetivo. No caso brasileiro, consideramos importante a abertura de mercados pelo que ela significou de positivo para o controle da inflação e para o aumento da produtividade. Mas consideramos igualmente importante a necessidade de assegurar condições para que o setor produtivo continue a se fortalecer.

Mencionarei alguns exemplos concretos.

Afirmar que tivemos de manter taxas de juros elevadas por razões de política monetária e cambial. Entretanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) oferece taxas de juros competitivas para setores que necessitam de um apoio mais direto. Graças a isso, podemos vender aviões, como o Embraer 145, no qual viajei ao Chile da última vez. É um avião de boa qualidade. Já vendemos mais de cem aparelhos aos Estados Unidos e à Europa, sem falar da América do Sul e dos próprios compradores no Brasil. Vendemos estes aviões com taxas de financiamento compatíveis com as taxas de juros internacionais, graças ao BNDES.

Outro exemplo é concorrência para construção da hidrelétrica de Três Gargantas, na China, parte da qual foi vencida por empresas brasileiras. Isso requer, naturalmente, um financiamento de longo prazo com taxas de juros compatíveis com o tamanho do investimento.

A reorganização industrial que ocorre hoje no Brasil implica o deslocamento de empresas dos setores têxtil, calçados e outros, da região sudeste para o nordeste e centro do país. Abrimos linhas de crédito especiais para a reorganização tecnológica desses setores. Ou seja, acreditamos que o Estado tem um papel a desempenhar no mundo competitivo. O Estado deve, sim, ter uma voz pública – não para proteger setores ou empresas, mas para garantir a competição, para assegurar que haja incorporação de tecnologia. Estamos utilizando os instrumentos disponíveis para que o setor industrial tenha condições de sobreviver, de aumentar a produtividade e, assim, beneficiar toda a sociedade.

Por outro lado, o Brasil também está fazendo um grande esforço de reorganização de toda a infra-estrutura do país. Não vou cansá-los com

detalhes, porque são mais de 42 projetos fundamentais. Muitos deles têm caráter social, como a melhoria da educação fundamental, que inclui o aumento dos salários dos professores. Outros são na área da saúde. Já reduzimos em até 40% a mortalidade infantil nas áreas mais críticas do país, o que é uma redução muito expressiva.

Estamos também reconstruindo estradas e, pela primeira vez, passamos a utilizar intensivamente as grandes hidrovias brasileiras, que cobrem milhares de quilômetros, como as do Paraná-Tietê, que já era utilizada, mas também as do Rio Madeira, na Amazônia, e do São Francisco, no Nordeste, que eram menos aproveitadas. Estamos sinalizando os rios, instalando satélites para navegação noturna, construindo portos fluviais. Começamos a transferir portos para a administração privada, ainda com muita dificuldade, mas estamos avançando. O principal porto do Brasil, Santos, no Estado de São Paulo, terá de enfrentar a concorrência de portos novos, como o de Sepetiba, no Rio de Janeiro. A administração foi modernizada e será possível rebaixar os custos portuários, graças ao processo de privatização iniciado.

Estamos aumentando também a capacidade energética do país. Fizemos grandes mudanças nessa matéria. Quando eu ainda era Chanceler – e aqui está o Presidente da Petrobrás para confirmar a história – chamei-o a meu escritório para perguntar se comprávamos petróleo da Argentina. Graças ao entendimento que iniciamos então, o Brasil passou a comprar bilhões de dólares em petróleo da Argentina, o que não ocorria antes. O mesmo está acontecendo com a Venezuela: já compramos 600 milhões de dólares anuais, e vamos aumentar ainda mais este valor. Na energia elétrica, estamos expandindo as linhas de transmissão internas e externas, com a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e também a Venezuela. Estamos realmente integrando a base física do Brasil com a América do Sul. Isso significa que não pensamos apenas no futuro do Brasil, mas no futuro conjunto de toda a região.

Além disso, vamos aumentar em 40% a capacidade hidrelétrica total do Brasil. Do começo do meu Governo até agora, já avançamos muito nessa meta, porque o Brasil tem fome de energia. Nesse processo, estão envolvidas empresas chilenas, como a Endesa e a Chilectra, que partici-

pam da CERJ, do Rio de Janeiro. Queremos ampliar essa participação. Precisamos de mais capital e, como o Chile é um país que também exporta capitais, será muito bem vindo a participar desse processo. Há possibilidades de investimentos diretos, inclusive nas privatizações.

No início, criticava-se a privatização. Ela se processa lentamente, mas com transparência, sem corrupção e segura tecnicamente. Só fazemos alguma coisa quando estamos realmente convencidos de que o modelo seguido em cada setor é o melhor. Ainda assim, a privatização é criticada por muitos: sindicatos, imprensa, organizações da sociedade civil. E é bom que seja assim. Hoje, as pessoas realmente interessadas no assunto compreendem o porquê da privatização. Para dar-lhes um exemplo: somente com as concessões para a chamada banda B da telefonia celular, alcançaremos entre 7 e 8 bilhões de dólares.

Isso quer dizer que há recursos disponíveis para o país. É difícil calcular quanto receberemos, no total, em privatizações e em investimentos externos diretos. Por que digo isso? Porque freqüentemente ouço críticas por causa da balança de pagamentos do Brasil. A verdade é que temos déficit na balança comercial, porque houve uma abertura comercial, porque o setor produtivo ainda não estava pronto para competir. Talvez a abertura tenha precipitado certos processos. Por isso, estamos apoiando a reorganização de alguns setores. Mas, se olharmos as importações brasileiras, veremos que 80% são máquinas, equipamentos de produção e matéria-prima. Ou seja, estamos reorganizando a base produtiva para que, em dois ou três anos, possamos exportar mais e equilibrar as contas. Aliás, queremos não apenas exportar mais, mas também competir no nosso próprio mercado interno. O PIB brasileiro é hoje cerca de 800 bilhões de dólares, e as exportações alcançam apenas 60 milhões por ano. Isso significa que o coeficiente de abertura do país é muito pequeno. A reorganização da produção deve permitir também a competição com os produtos importados. Competição livre, sem proteção, porque do contrário o consumidor é quem paga mais caro para que a indústria brasileira possa vender mais internamente. Há, portanto, uma revisão muito significativa de todo esse sistema.

Portanto, sabemos para onde vamos. Temos um rumo. Mas precisamos de apoio interno e externo. O que se disse aqui sobre a integração é absolutamente verdadeiro. Ninguém sabe muito bem como será o próximo século. Não entrarei nesse assunto, mas o mundo tem problemas muito complexos. Todos sabem que existe uma globalização da produção e uma grande massa de capitais disponíveis que flutuam, sem que haja regras mundiais ou um poder mundial organizado. Não me refiro somente ao fato de que, depois da queda do Muro de Berlim, é óbvia a predominância de um país, mas ao fato de que não se sabe se esta predominância vai ser hegemônica ou se será um pouco mais compartilhada, que é o que interessa a todos nós. E ainda não há regras, como aquelas que se elaboraram ao fim da Segunda Guerra Mundial como forma de organizar o mundo, como nas Nações Unidas, por exemplo. Hoje não existe um poder legítimo em nível internacional.

O que se disse aqui sobre o Mercosul é muito importante, porque ele é uma parte pequena, mas é a parte que nos cabe nesse contexto de reorganização das forças políticas do mundo. Em âmbito regional, podemos avançar mais, inclusive no tema dos mecanismos de Estado para a solução de controvérsias, no sentido de um poder legitimado por nós mesmos. E podemos obter mais força para buscar o mesmo em âmbito mundial, não com qualquer objetivo de hegemonia para um país como o Brasil, que não pode sequer aspirar a tanto. Mas no sentido de vincular toda a América do Sul, para consolidar a interdependência nesta parte do mundo.

Creio que os líderes políticos desta região têm que ter uma voz mais forte em nível internacional, porque as grandes decisões do próximo século – que vão condicionar nossas possibilidades de atuação – vão dar-se no plano global, e não no plano de um país, nem no plano de um conjunto de países. É mais amplo. E isso requer a compreensão do processo e uma articulação franca, aberta e democrática.

Senhoras e senhores empresários, acredito que quanto mais juntos estivermos, melhor. Quanto mais pudermos dizer com franqueza o que queremos, o que achamos que vai mal ou vai bem, quanto mais nos ajudarmos em nossos esforços para alcançar objetivos comuns, melhor.

Este Conselho Empresarial, que foi criado há um ano, quando aqui estive, assume agora uma importância ainda maior. É apenas um começo, porque temos muito que avançar na interconexão entre empresários brasileiros e chilenos. Mas há mais compreensão política entre o governo do Chile e o governo do Brasil. Oxalá exista crescentemente mais compreensão e comunicação também entre nossos povos.

A Cordilheira dos Andes é um obstáculo pequeno diante de tudo que nos une. Para começar, a cultura é um fator de união. Ontem estive aqui na inauguração de uma exposição de um pintor brasileiro. Essa interconexão cultural é muito importante. Por isso, estão aqui o Ministro da Cultura e o Ministro da Educação do Brasil.

No mundo do futuro, os valores voltarão a afirmar-se como fator central no plano internacional. Não serão decisivas apenas as tarifas de importação, mas muito mais do que isso. Para usar uma expressão de Goethe, todas as “afinidades eletivas” serão cada vez mais importantes. O mundo global não é um mundo de homogeneização, é um mundo diversificado. Há um conjunto de questões que tendem a ser organizadas a partir de fatores homogêneos. Mas as diferenças serão crescentemente de percepção cultural, de sentimento, de afinidades eletivas. Essas afinidades, nós, latino-americanos, as temos. E, especialmente, as temos o Chile e o Brasil, países que sempre tiveram uma relação próxima – não quanto à fronteira, mas quanto à amizade fácil. Agora, esta começa a ser também uma relação de interesse mútuo.

Eu – como os dois ministros que acabo de mencionar – somos quase chilenos. Alguns viveram aqui muitos anos, justamente na época em que a sensibilidade era maior, porque eram os anos de exílio. Nas reuniões do governo brasileiro, hoje, quantos de nós falam espanhol – e o Enxugador sabe bem disso. Podem até falar mal, como eu, mas sem medo de errar, porque conhecemos a bondade dos Senhores, que nos vão compreender apesar dos nossos erros.

Temos, portanto, que uma oportunidade única de integração na história de nosso continente, mas, em especial, em nossas histórias como países e como povos ligados por um grande afeto.

Muito obrigado.